

**15. PROPOSTA DE ACEITAÇÃO DA TRANSFERÊNCIA DE
COMPETÊNCIAS PARA OS ÓRGÃOS DA COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL (CIM CÁVADO):**

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, com vista a aprovação da Assembleia Municipal, proposta de aceitação da transferência de competências para os Órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIM Cávado), proposta que se anexa.

PROPOSTA

ASSUNTO: Proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIM Cávado)

CONSIDERANDO QUE:

- (1) A Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, tendo subjacente a concretização dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- (2) Os artigos 3º e 4º estabelecem os princípios fundamentais subjacentes ao processo de descentralização de competências, sendo de destacar os princípios da universalidade, da atribuição em concreto das competências através de lei, do gradualismo, e de que todas as competências previstas na Lei nº 50/2018 se considera transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, salvo a opção pela não aceitação durante o período transitório;
- (3) Segundo o artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, o exercício das novas competências pelos órgãos das entidades intermunicipais depende de acordo prévio de todos os municípios que as integram manifestado através das deliberações das assembleias municipais;
- (4) Por outro lado, os vários diplomas setoriais reiteram o requisito do acordo prévio nos seguintes preceitos: a) artigo 4º do DL nº 99/2018, de 28 de novembro, domínio da promoção turística; b) artigo 9º do DL nº 101/2018, de 29 de novembro, no domínio da Justiça; c) artigo 4º do DL nº 102/2018, de 29 de novembro, no domínio dos Projetos financiados; d) artigo 5º do DL nº 103/2018, de 29 de novembro, no domínio dos quartéis de bombeiros voluntários; e) artigo 8º do DL nº 58/2019, de 30 de abril, no domínio dos transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores;
- (5) Passado o período transitório, a transferência das competências nos domínios atrás mencionados resulta direta e obrigatoriamente da lei (cfr. artigo 4º/3 da Lei nº 50/2018,

de 16 de agosto), pelo que em princípio não seria necessária, nem estaria na discricionariedade das assembleias municipais, a possibilidade de não aceitação de tais competências a partir de 01.01.2021;

- (6) Sucede que a DGAL em comunicado de 2019 explicitou que é o exercício efetivo da competência pela CIM carece de acordo prévio de todas as assembleias municipais dos municípios que a integram;
- (7) Por outro lado, o Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local em 2021 explicitou que *"todas as competências previstas na Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, estabelecida pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com exceção da saúde, educação e ação social, consideram-se transferidas para as entidades intermunicipais a partir de 1 de janeiro de 2021, dependendo o seu exercício de acordo prévio dos municípios que as integram, conforme disposto no artigo 30.º do citado diploma legal"*;
- (8) Assim, face à subsistência do entendimento de que o exercício das competências transferidas não resultam *ope legis*, mas pressupõem o acordo prévio de todos os municípios integrantes da CIM manifestado pelas respetivas assembleias municipais da assunção das competências transferidas pelos diplomas legais em causa;

Em face do exposto, ao abrigo do disposto no artigo 33.º, nº 1, alínea ccc) do RJAL, tendo presentes os fundamentos de facto e de direito supra referidos, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere submeter à apreciação e aprovação Assembleia Municipal a seguinte proposta de

DELIBERAÇÃO

Que a Assembleia Municipal, na sequência da concertação efetuada no âmbito do Conselho Intermunicipal da CIM, na reunião de 6 de abril de 2021, e de forma a obter o necessário acordo prévio, nos termos do artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, articulado com o estabelecido em cada um dos diplomas setoriais, delibere:

- (1) Aprovar a proposta de aceitação por parte da CIM da transferência das competências operada pelos seguintes diplomas legais:
- a) transferência de competências no domínio da promoção turística interna subregional consagrada pelo Decreto-Lei nº 99/2018, de 28 de novembro (cfr. artigo 4º);
 - b) transferência de competências no domínio da justiça consagrada pelo Decreto-Lei nº 101/2018, de 29 de novembro (cfr. artigo 9º);
 - c) transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento consagrado pelo Decreto-Lei nº 102/2018, de 29 de novembro (cfr. artigo 4º);
 - d) transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários consagro pelo Decreto-Lei nº 103/2018, de 29 de novembro (cfr. artigo 5º);
 - e) transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores consagrado pelo Decreto-Lei nº 58/2019, de 30 de abril (cfr. artigo 8º)

Braga, 7 de julho de 2021

O Presidente da Câmara Municipal,



Dr. Ricardo Rio

Lista de Anexos

Anexo 1	Proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIM do Cávado) aprovada pelo Conselho Intermunicipal
Anexo 2	Certidão da deliberação do Conselho Intermunicipal na sua reunião de 06 de abril de 2021

CERTIDÃO

Por ser verdade e por me ter sido pedido, eu abaixo assinada, Maria de Fátima Oliveira Barbosa Rodrigues, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira da Comunidade Intermunicipal do Cávado, certifico que foi deliberado, na reunião do Conselho Intermunicipal de 06 de abril de 2021, o seguinte:

2. a) Transferências de Competências – Minuta para aprovação das Assembleias Municipais

o Primeiro Secretário do SEI apresentou ao CI uma proposta de aceitação da transferência das competências abaixo identificadas (de acordo com informação em anexo), tendo em conta que, de acordo com o artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. articulado com o estabelecido em cada um dos diplomas setoriais, o exercício efetivo das mesmas depende do prévio acordo de todos os municípios que a integram, o qual deverá ser manifestado pelas respetivas assembleias municipais, que seja solicitado a cada um dos Presidentes das Câmaras que integram esta CIM as diligências legalmente adequadas a que as respetivas assembleias se pronunciem favoravelmente pela aceitação da transferência para a CIM das seguintes competências:

- transferência de competências no domínio da promoção turística interna subregional consagrada pelo Decreto-Lei nº 99/2018, de 28.11. (cfr. artigo 4º);*
- transferência de competências no domínio da justiça consagrada pelo Decreto-Lei nº 101/2018, de 29.11. (cfr. artigo 9º);*
- transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento consagrado pelo Decreto-Lei nº 102/2018, de 29.11.(cfr. artigo 4º);*
- transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários consagrado pelo Decreto-Lei nº 103/2018, de 29.11. (cfr. artigo 5º);*
- transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e no domínio do transporte*

turístico de passageiros em vias navegáveis interiores consagrado pelo Decreto-Lei nº 58/2019, de 30.04. (cfr. artigo 8º).

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada e aprovar as minutas para aprovação da transferência de competências no âmbito das Câmaras Municipais e das Assembleias Municipais.

Braga, 7 de abril de 2022

Chefe de Divisão Administrativa e Financeira

Parecer:

Despacho:

- ☐ - Conselho Intermunicipal de ____/____/____
☐ - Presidente ☐ - Vice-Presidente ☐ - 1º Secretário
☐ - Competência Própria ☐ - Competência Delegada

INFORMAÇÃO – 2021.03.31

Assunto: Proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIM do Cávado)

I - CONSIDERANDO QUE:

- a) A Lei nº 50/2018, de 16.08. veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, tendo subjacente a concretização dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- b) Os artigos 3º e 4º estabelecem os princípios fundamentais subjacentes ao processo de descentralização de competências, sendo de destacar os princípios da universalidade, da atribuição em concreto das competências através de lei, do gradualismo, e de que todas as competências previstas na Lei nº 50/2018 se considera transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, salvo a opção pela não aceitação durante o período transitório;
- c) Segundo o artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. o exercício das novas competências pelos órgãos das entidades intermunicipais depende de acordo prévio de todos os municípios que as integram manifestado através das deliberações das assembleias municipais;
- d) Por outro lado, os vários diplomas setoriais reiteram o requisito do acordo prévio nos seguintes preceitos: a) artigo 4º do DL nº 99/2018, de 28.11. domínio da promoção turística; b) artigo 9º do DL nº 101/2018, de 29.11. no domínio da Justiça; c) artigo 4º do DL nº 102/2018, de 29.11. no domínio dos Projetos financiados; d) artigo 5º do DL nº 103/2018, de 29.11. no domínio dos

- quartéis de bombeiros voluntários; e) artigo 8º do DL nº 58/2019, de 30.04. no domínio dos transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores;
- e) Passado o período transitório, a transferência das competências nos domínios atrás mencionados resulta direta e obrigatoriamente da lei (cfr. artigo 4º/3 da Lei nº 50/2018, de 16.08.), pelo que em princípio não seria necessária, nem estaria na discricionariedade das assembleias municipais, a possibilidade de não aceitação de tais competências a partir de 01.01.2021;
 - f) Sucede que a DGAL em comunicado de 2019 explicitou que é o exercício efetivo da competência carece de acordo prévio de todas as assembleias municipais dos municípios que integram a CIM;
 - g) Por outro lado, o Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local em 2021 vem explicitar que “todas as competências previstas na Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, estabelecida pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com exceção da saúde, educação e ação social, consideram-se transferidas para as entidades intermunicipais a partir de 1 de janeiro de 2021, dependendo o seu exercício de acordo prévio dos municípios que as integram, conforme disposto no artigo 30.º do citado diploma legal”;
 - h) Assim, face à subsistência do entendimento de que o exercício das competências transferidas não resultam ope legis, mas pressupõem o acordo prévio de todos os municípios integrantes da CIM manifestado pelas respetivas assembleias municipais da assunção das competências transferidas pelos diplomas legais em causa;

II – PROPÕE-SE:

O Conselho Intermunicipal aceite a transferência das competências abaixo identificadas, e que, tendo em conta que, de acordo com o artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. articulado com o estabelecido em cada um dos diplomas setoriais, o exercício efetivo das mesmas depende do prévio acordo de todos os municípios que a integram, o qual deverá ser manifestado pelas respetivas assembleias municipais, que seja solicitado a cada um dos Presidentes das Câmaras que integram esta CIM as diligências legalmente adequadas a que as respetivas assembleias se pronunciem favoravelmente pela aceitação da transferência para a CIM das seguintes competências:

- a) transferência de competências no domínio da promoção turística interna subregional consagrada pelo Decreto-Lei nº 99/2018, de 28.11. (cfr. artigo 4º);
- b) transferência de competências no domínio da justiça consagrada pelo Decreto-Lei nº 101/2018, de 29.11. (cfr. artigo 9º);

- c) transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento consagrado pelo Decreto-Lei nº 102/2018, de 29.11.(cfr. artigo 4º);
- d) transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários consagrado pelo Decreto-Lei nº 103/2018, de 29.11. (cfr. artigo 5º);
- e) transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores consagrado pelo Decreto-Lei nº 58/2019, de 30.04. (cfr. artigo 8º).

O Primeiro Secretário do SEI

ANEXOS:

- Minuta 1 - Aprovação no âmbito da Câmara Municipal
- Minuta 2 - Aprovação no âmbito da Assembleia Municipal

Minuta 1 - Proposta do Presidente da Câmara Municipal

Proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIM Cávado)

Considerando que:

- (1) A Lei nº 50/2018, de 16.08. veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, tendo subjacente a concretização dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- (2) Os artigos 3º e 4º estabelecem os princípios fundamentais subjacentes ao processo de descentralização de competências, sendo de destacar os princípios da universalidade, da atribuição em concreto das competências através de lei, do gradualismo, e de que todas as competências previstas na Lei nº 50/2018 se considera transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, salvo a opção pela não aceitação durante o período transitório;
- (3) Segundo o artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. o exercício das novas competências pelos órgãos das entidades intermunicipais depende de acordo prévio de todos os municípios que as integram manifestado através das deliberações das assembleias municipais;
- (4) Por outro lado, os vários diplomas setoriais reiteram o requisito do acordo prévio nos seguintes preceitos: a) artigo 4º do DL nº 99/2018, de 28.11. domínio da promoção turística; b) artigo 9º do DL nº 101/2018, de 29.11. no domínio da Justiça; c) artigo 4º do DL nº 102/2018, de 29.11. no domínio dos Projetos financiados; d) artigo 5º do DL nº 103/2018, de 29.11. no domínio dos quartéis de bombeiros voluntários; e) artigo 8º do DL nº 58/2019, de 30.04. no domínio dos transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores;
- (5) Passado o período transitório, a transferência das competências nos domínios atrás mencionados resulta direta e obrigatoriamente da lei (cfr. artigo 4º/3 da Lei nº 50/2018, de 16.08.), pelo que em

princípio não seria necessária, nem estaria na discricionariedade das assembleias municipais, a possibilidade de não aceitação de tais competências a partir de 01.01.2021;

- (6) Sucede que a DGAL em comunicado de 2019 explicitou que é o exercício efetivo da competência pela CIM carece de acordo prévio de todas as assembleias municipais dos municípios que a integram;
- (7) Por outro lado, o Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local em 2021 explicitou que *“todas as competências previstas na Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, estabelecida pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com exceção da saúde, educação e ação social, consideram-se transferidas para as entidades intermunicipais a partir de 1 de janeiro de 2021, dependendo o seu exercício de acordo prévio dos municípios que as integram, conforme disposto no artigo 30.º do citado diploma legal”*;
- (8) Assim, face à subsistência do entendimento de que o exercício das competências transferidas não resultam *ope legis*, mas pressupõem o acordo prévio de todos os municípios integrantes da CIM manifestado pelas respetivas assembleias municipais da assunção das competências transferidas pelos diplomas legais em causa;

Apresento a seguinte PROPOSTA:

Propôr à Assembleia Municipal, na sequência da concertação efetuada no âmbito do Conselho Intermunicipal da CIM na reunião de ...de....de....., e de forma a obter o necessário acordo prévio, nos termos do artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. articulado com o estabelecido em cada um dos diplomas setoriais e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, a concordância do Município da aceitação por parte da CIM da transferência das competências operada pelos seguintes diplomas legais:

- a) transferência de competências no domínio da promoção turística interna subregional consagrada pelo Decreto-Lei nº 99/2018, de 28.11. (cfr. artigo 4º);
- b) transferência de competências no domínio da justiça consagrada pelo Decreto-Lei nº 101/2018, de 29.11. (cfr. artigo 9º);

- c) transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento consagrado pelo Decreto-Lei nº 102/2018, de 29.11. (cfr. artigo 4º);
- d) transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários consagro pelo Decreto-Lei nº 103/2018, de 29.11. (cfr. artigo 5º);
- e) transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores consagrado pelo Decreto-Lei nº 58/2019, de 30.04. (cfr. artigo 8º)

.....de.....de.....

Minuta 2 - Proposta do Presidente da Assembleia Municipal

Proposta de aceitação da transferência de competências para os órgãos da Comunidade Intermunicipal (CIM Cávado)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no âmbito do ponto acima mencionada da Ordem de Trabalhos apresenta à Assembleia Municipal a seguinte Proposta da Câmara Municipal aprovada na reunião de ..de....de.....:

“Considerando que:

- (1) A Lei nº 50/2018, de 16.08. veio estabelecer o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, tendo subjacente a concretização dos princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;*
- (2) Os artigos 3º e 4º estabelecem os princípios fundamentais subjacentes ao processo de descentralização de competências, sendo de destacar os princípios da universalidade, da atribuição em concreto das competências através de lei, do gradualismo, e de que todas as competências previstas na Lei nº 50/2018 se considera transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021, salvo a opção pela não aceitação durante o período transitório;*
- (3) Segundo o artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. o exercício das novas competências pelos órgãos das entidades intermunicipais depende de acordo prévio de todos os municípios que as integram manifestado através das deliberações das assembleias municipais;*
- (4) Por outro lado, os vários diplomas setoriais reiteram o requisito do acordo prévio nos seguintes preceitos: a) artigo 4º do DL nº 99/2018, de 28.11. domínio da promoção turística; b) artigo 9º do DL nº 101/2018, de 29.11. no domínio da Justiça; c) artigo 4º do DL nº 102/2018, de 29.11. no domínio dos Projetos financiados; d) artigo 5º do DL nº 103/2018, de 29.11. no domínio dos quartéis de bombeiros voluntários; e) artigo 8º do DL nº 58/2019, de 30.04. no domínio dos transportes de passageiros regular em vias navegáveis interiores;*

- (5) *Passado o período transitório, a transferência das competências nos domínios atrás mencionados resulta direta e obrigatoriamente da lei (cfr. artigo 4º/3 da Lei nº 50/2018, de 16.08.), pelo que em princípio não seria necessária, nem estaria na discricionariedade das assembleias municipais, a possibilidade de não aceitação de tais competências a partir de 01.01.2021;*
- (6) *Sucedendo que a DGAL em comunicado de 2019 explicitou que é o exercício efetivo da competência pela CIM carece de acordo prévio de todas as assembleias municipais dos municípios que a integram;*
- (7) *Por outro lado, o Gabinete do Secretário de Estado da Descentralização e da Administração Local em 2021 explicitou que “todas as competências previstas na Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, estabelecida pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, com exceção da saúde, educação e ação social, consideram-se transferidas para as entidades intermunicipais a partir de 1 de janeiro de 2021, dependendo o seu exercício de acordo prévio dos municípios que as integram, conforme disposto no artigo 30.º do citado diploma legal”;*
- (8) *Assim, face à subsistência do entendimento de que o exercício das competências transferidas não resultam ope legis, mas pressupõem o acordo prévio de todos os municípios integrantes da CIM manifestado pelas respetivas assembleias municipais da assunção das competências transferidas pelos diplomas legais em causa;*

Apresento a seguinte PROPOSTA:

Propôr à Assembleia Municipal, na sequência da concertação efetuada no âmbito do Conselho Intermunicipal da CIM na reunião de ...de....de....., e de forma a obter o necessário acordo prévio, nos termos do artigo 30º/2 da Lei nº 50/2018, de 16.08. articulado com o estabelecido em cada um dos diplomas setoriais e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atualizada, a concordância do Município da aceitação por parte da CIM da transferência das competências operada pelos seguintes diplomas legais:

- a) *transferência de competências no domínio da promoção turística interna subregional consagrada pelo Decreto-Lei nº 99/2018, de 28.11. (cfr. artigo 4º);*
- b) *transferência de competências no domínio da justiça consagrada pelo Decreto-Lei nº 101/2018, de 29.11. (cfr. artigo 9º);*
- c) *transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento consagrado pelo Decreto-Lei nº 102/2018, de 29.11.(cfr. artigo 4º);*
- d) *transferência de competências no domínio do apoio aos bombeiros voluntários consagro pelo Decreto-Lei nº 103/2018, de 29.11. (cfr. artigo 5º);*
- e) *transferência de competências no domínio do serviço público de transporte de passageiros regular em vias navegáveis interiores e no domínio do transporte turístico de passageiros em vias navegáveis interiores consagrado pelo Decreto-Lei nº 58/2019, de 30.04. (cfr. artigo 8º)*

A proposta foi aprovada por

.....de.....de.....